

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2004 (Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Solicita seja convidado para Reunião de Audiência Pública o Ministro titular da Advocacia-Geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, a Procuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simón, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner de Sousa Campos sobre o processo de contratação de cooperativa de trabalho para prestação de serviços no âmbito do Ministério da Saúde, bem como os contratos em andamento e que versa sobre terceirização de mão-de-obra.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 32, III, “d” e “e”, e 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que se digne a adotar as providências necessárias ao convite para Reunião de Audiência Pública do convidado para Reunião de Audiência Pública a Senhora Chefe do Ministério Público do Trabalho, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde e sobre o processo de contratação de cooperativa de trabalho para prestação de serviços no âmbito do Ministério da Saúde

JUSTIFICAÇÃO

É de suma importância o combate às cooperativas que, de modo fraudulento, não respeitam os direitos de seus cooperados e são criadas especificamente, para fraudar a contratação de mão-de-obra. Entretanto, é importante preservar aquelas que respeitam os direitos dos cooperados

Nesse sentido, é importante que essa Casa analise a questão referente a contratação de cooperativas de trabalho, em especial acerca do alcance do Termo de Ajuste firmado entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho, na 20ª Vara do Trabalho de Brasília, que trata da questão das cooperativas de trabalho, inclusive em relação à contratação da Cooperativa de Trabalho para Conservação do Solo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrícola e Silvicultura.

Sala da Comissão, em 4 de maio de 2004.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
(PSDB-PR)